

Luta unificada

Caravana Unitária de Lutas conclui mobilizações em São Paulo e se direciona para outros estados

A Caravana Unitária de Lutas, encabeçada pelos sindipetros do estado de São Paulo (Sindipetro-LP, Sindipetro-SJC e Unificado-SP), que começou mobilizando petroleiros das bases paulistas, está agora seguindo para outros estados. Após mobilizar quatro unidades paulistas, no dia 24 de setembro levamos a Caravana Unitária para a refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, Minas Gerais. Essa foi a quinta unidade da Petrobrás mobilizada pela caravana neste ano.

As mobilizações da Caravana Unitária de Lutas começaram com o primeiro ato no dia 5 de agosto, em Paulínia, base do Unificado-SP, onde se encontra a Replan. Assim como em anos anteriores, a caravana unitária pretende mobilizar a categoria petroleira para enfrentar a privatização promovida pelo governo Bolsonaro, que segue com a venda de ativos da Petrobrás e de outras estatais, como Eletrobrás e Correios.

No dia 26 de agosto o ato foi na Revap, base de São José dos Campos. O ato em questão recebeu



mais uma notícia que incentivou a intensificação das mobilizações da categoria. Isso porque a Petrobrás havia anunciado no dia anterior (25) a venda da Refinaria Isaac Sabbá (Reman), estabelecida em Manaus (AM), para a Ream Participações, veículo societário de propriedade dos sócios da Atem's Distribuidora de Petróleo, por US\$ 189,5 milhões. De acordo com o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), o valor equivale a apenas 70% do valor real da unidade, que é estimado em US\$ 279

milhões.

Em 3 de setembro, no terceiro ato da caravana, os trabalhadores da refinaria de Capuava (Recap), base do Unificado-SP, foram mobilizados. Na ocasião, além do Sindipetro-LP, Unificado-SP e Sindipetro-SJC, a caravana contou com a participação de representantes dos Sindipetros Minas Gerais e PR/SC, sindicatos esses que desde o segundo ato da caravana participaram de todos os demais.

No dia 10 de setembro foi a vez da RPBC, base do Litoral Paulista, entrar na rota da caravana unitá-

ria. A mobilização fechou as entradas nas portarias 1 e 10, com a participação dos terceirizados, representantes dos sindicatos da Construção Civil de Santos e São José dos Campos, Metalúrgicos, Comissão de Desempregados e estudantes.

No dia 04 de outubro foi realizado um ato na Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, para comemorar os 68 anos da Petrobrás. A unidade foi escolhida por ser a primeira refinaria nacional de petróleo. A mobilização contou com a participação de entidades re-

presentativas, políticos, trabalhadores e sindicatos dos petroleiros do país. A Caravana Unitária de Lutas tem sido uma oportunidade de unir a categoria em defesa da Petrobrás e alinhar as ações para defender os empregos e a vida.

Apesar de diferenças contundentes entre FNP e FUP na condução das lutas dos petroleiros, as diretorias dos três Sindipetros do estado de São Paulo vem construindo uma unidade e promovendo mobilizações conjuntas que ecoam por todo país, mostrando disposição desses sindicatos em unificar as pautas e defender mesa única nas negociações com a Petrobrás.

Até que essa unidade seja possível em âmbito nacional, seguiremos construindo uma categoria forte e mantendo os trabalhadores mobilizados em defesa da vida, dos empregos e da Petrobrás. A caravana prossegue na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) e na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná.

PÁGINA 03

REPERCUSSÃO DA MÍDIA E UNIÃO FORAM PONTOS ALTOS DE MOVIMENTO GREVISTA

PÁGINA 06

GEPLATS DA P-67 NÃO QUEREM QUE TRABALHADORES SE ALIMENTEM DURANTE O TURNO

PÁGINA 07

FNP E ENTIDADES PEDEM QUE CATEGORIA PETROLEIRA NÃO PARTICIPE DE ELEIÇÕES DA APS

Faça sua inscrição

Sindipetro-LP promove curso sobre previdência complementar para associados e dependentes habilitados

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista promove curso sobre previdência complementar a partir do dia 21 de outubro.

O curso, que é voltado para ativos, aposentados e pensionistas, foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (IBEPS) e será ministrado por Ronaldo Tedesco. Serão 6 aulas, uma vez por semana, às quintas-feiras, das 18h às 20h. As aulas acontecerão por videoconferência e os alunos receberão, através de grupo no WhatsApp, o link das aulas, material didático digital e certificado expedido pelo Sindicato e pelo IBEPS.

Vale destacar, que os petroleiros que laboram em regime de turno e que não puderem assistir as aulas, por coincidir com a escala de trabalho, receberão o link da aula gravada através do whatsapp e só será computada presença no curso ao término do vídeo.

A atividade é uma importante contribuição para a categoria que deseja se engajar nas lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, principalmente em defesa da Petros.

A aula inaugural contará com a participação do representante da Fenaspe, Paulo Teixeira Brandão, do representante da Federação Nacional dos Petroleiros, Silvio Sinedino, e do membro da Fup, Paulo César Martin, e terá como tema “Situação da Petros hoje: O que devemos esperar após a aprovação das contas do exercício 2020 e a nova configuração de conselheiros nos conselhos da Petros?”.

Os interessados devem se inscrever através do telefone 3202

Confira abaixo a programação:

⇒ **Aula II**

– **Conceitos básicos para entender o Regime de Previdência Complementar**

⇒ **Aula III**

– **Investimentos e política de investimentos**

Resolução CMN4661/2018 (regula investimentos em fundos de pensão)

Política de Investimentos e Gestão de riscos

⇒ **Aula IV**

– **Governança e gestão**

Fundo administrativo, taxa de carregamento, taxa de administração, custo e custeio

Processos e controles internos

Contingentes judiciais

Órgãos de governança e gestão: (conselhos, diretoria, gerências

executivas, auditoria e ouvidoria)

⇒ **Aula V**

– **Previdência e Atuária (premissas, formação das reservas matemáticas, retiradas de patrocínio, transferência de gestão etc.)**

⇒ **Aula VI**

– **Fiscalização interna e externa Atuação do conselho fiscal como fiscal da gestão para além dos números**

Auditoria interna, auditoria independente; funcionamento do Comitê de Auditoria (COAUD) obrigatório nos fundos de pensão; comitês de assessoramento ao conselho deliberativo

Órgãos de controle e fiscalização externa: PREVIC, MPF, CVM, TCU, SEST e Patrocinadoras

1100 até o **dia 18 de outubro (segunda-feira)**. O horário de atendimento é de segunda a quinta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h e às sextas-feiras das 8h às 12h e das 13h às 17h. Vale destacar que poderão participar apenas sócios e dependentes habilitados.

Breve currículo de Tedesco

Ronaldo Tedesco trabalhou como Técnico de Eletricidade na Petrobrás por 37 anos e tem MBA em Engenharia do Planejamento com Ênfase em Previdência Complementar. Tedesco ocupou o cargo de conselheiro deliberativo eleito da Petros e também foi eleito pelos trabalhadores como conselheiro fiscal, tendo dado várias con-

tribuições para entendimento da categoria sobre como funciona a fundação Petros e o modelo de previdência suplementar. Foi também um dos responsáveis por “traduzir” os planos de equacionamento, déficits e cobrar publicamente sobre os investimentos equivocados realizados pela fundação, sendo este um dos prováveis motivos para a perseguição que sofre.

Tedesco subscreveu denúncia de 70 investimentos da Petros comprovadamente com irregularidades e foi presidente do Conselho Fiscal da fundação, período em que as contas da Petros foram rejeitadas por unanimidade, ou seja, com o voto dos conselheiros indicados pela Petrobrás também.

AMS

FNP conquista liminar que suspende o equacionamento

A FNP conquistou liminar que suspende o equacionamento da AMS, referente a um déficit na relação de custeio de 2020. A decisão abrange todas as bases da FNP (Sindipetro-AL/SE, Sindipetro-LP, Sindipetro-PA/AM/MA/AP, Sindipetro-RJ e Sindipetro-SJC) e determina a devolução do já descontado (agosto e setembro/21) e a suspensão dos descontos seguintes. O efeito suspensivo começa a valer somente no mês de outubro. Agora, a FNP exige que a empresa apresente as informações, já solicitadas anteriormente, para verificar

a origem e natureza dos gastos e constatem o que constitui ou não déficit, e passe à negociação do não pagamento ou da forma, se assim entenderem razoável.

Vale lembrar que a redução de gastos de AMS de 2019 para 2020 que supera em muito o déficit que a direção da empresa ainda quer impingir contra os ativos e os aposentados.

A FNP reafirma que defende uma AMS gerida pela Petrobrás, com ampla participação dos trabalhadores nas decisões.

Fonte: FNP

Gigante acordado

Sindipetro participa de atos pelo Fora Bolsonaro

Sábado, 2 de outubro, milhares de pessoas foram às ruas pelo Fora Bolsonaro em mais de 300 cidades pelo Brasil e em mais de 10 países.

Na Baixada Santista, o ato começou às 10h, no Sambódromo de Santos, na Zona Noroeste e seguiu em passeata pelas ruas do Jardim Rádio Clube. Estudantes, trabalhadores, movimentos sociais e sindicatos dialogaram com a população do bairro, entregando panfletos que explicam os ataques de Bolsonaro ao povo brasileiro em forma de retirada de direitos trabalhistas, combate ineficiente durante a pandemia do coronavírus, demora

do governo na compra de vacinas, propagação de notícias mentirosas com intuito de desestimular o distanciamento e uso de máscaras faciais, além dos ataques à democracia e ensaios constantes de autogolpe.

Os dirigentes do Litoral Norte também participaram de atos na região.

Após a passeata, que recebeu muitas manifestações de apoio dos moradores do bairro, os manifestantes pegaram ônibus com destino a Avenida Paulista, onde um grande ato já estava em andamento.

Conquista

Repercussão da mídia e união da força de trabalho foram pontos altos do movimento grevista no Terminal da Alemoa

A greve da Alemoa foi um grande momento para a categoria petroleira do Litoral Paulista. Foram 16 dias intensos de greve na porta da unidade, com adesão de próprios e terceirizados, contra a redução do efetivo e por segurança no terminal.

Iniciada no dia 16 de setembro, com a rendição do turno das 19h, na manhã do dia seguinte, os trabalhadores da Alemoa estavam cedo na entrada da unidade, parando os terceirizados e com todos os principais veículos de imprensa presentes, dando destaque nos noticiários sobre as denúncias da categoria quanto a falta de segurança no terminal. A imprensa repercutiu a preocupação dos petroleiros por mais um acidente ampliado, com proporções iguais ou ainda maiores do que aconteceu na Ultracargo em 2015.

Ocupamos, quase que diariamente, o noticiário da região, denunciando a má gestão do terminal Transpetro Alemoa, com entradas ao vivo no Bom dia Região, da TV Tribuna (Globo), Litoral Urgente, na Thathi TV Band, apresentado pelo jornalista Luciano Faccioli, no programa "Ponto de Vista", com Edgar Boturão, na TV Santa Cecília, na Rádio Brasil Atual (RBA Litoral), além de jornais, sites em uma ampla cobertura da greve e suas razões.

Ganhando força e repercussão



a cada dia, estranhamente, os gestores da Transpetro não questionaram a greve, tampouco chamaram o sindicato para negociar o efetivo ou as pautas defendidas pelos trabalhadores. Cinco dias após termos começado a greve, o então presidente da Transpetro, Gustavo Raposo, entregou carta de renúncia ao cargo, sendo substituído posteriormente pelo diretor de serviços, Luiz Eduardo Valente. Se nossa greve teve algo a ver com essa mudança, nunca saberemos, mas é fato que nosso movimento não passou batido pela alta cúpula da empresa.

A empresa tentou subterfúgios para manter a normalidade da operação no terminal, que durante todo tempo foi conduzida em par-

te por gestores e engenheiros, sem qualquer treinamento em operação. Ainda no dia seguinte ao início da greve, a imprensa pode presenciar labaredas enormes saindo pelo flare, provavelmente causado por alguma manobra mal executada pela contingência da empresa. O desespero dos gestores do terminal passou a ser visto também no assédio aos trabalhadores, principalmente nos terceirizados. Alguns prepostos de contratadas protagonizaram poucas cenas de bate boca na entrada da fábrica, ao tentarem passar com os trabalhadores acudados dentro dos carros, sem passar o cartão de identificação na catraca, burlando todo procedimento de segurança da empresa. Foram impedidos pelo

bom senso e recusa dos trabalhadores em se exporem aos riscos.

Como última alternativa, a empresa passou a desviar a entrada de parte dos trabalhadores pelo porto, tentando atravessá-los por barcas. Os petroleiros em greve foram até esses locais, mas ninguém apareceu.

Juntamente com o movimento paredista, os petroleiros da Alemoa receberam manifestações de apoio com mobilizações na Revap, base do Sindipetro de São José dos Campos e na refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, Minas Gerais. No LP, os petroleiros da RPBC também fizeram atrasos em solidariedade aos petroleiros em greve.

O Sindipetro-LP direcionou todos os esforços para ampliar o impacto político da greve, buscando

apoio inclusive de vereadores de Santos. No dia 28 de setembro, dois dias antes da empresa enviar a proposta aprovada em assembleia, o coordenador Fabio Mello usou a Tribuna Cidadã da Câmara Municipal de Santos para falar sobre a greve e pedir atuação dos vereadores para levantar se a Transpetro Alemoa vem cumprindo a NR20, garantindo um quadro mínimo para operação segura do terminal e se há uma brigada de incêndio definida e treinada para casos de emergência.

Após todas as iniciativas dos petroleiros em greve, depois de algumas reuniões sem avanços, a empresa finalmente apresentou uma proposta que atendia parte dos anseios da categoria e pode ser votada em assembleia.

Encerramos a greve com a cabeça erguida, mais unidos do que nunca, conhecendo cada trabalhador que se dedicou ao movimento e que se entregou em prol dos colegas.

Agradecemos os esforços de todos e parabenizamos a organização dos petroleiros da Alemoa, que durante 16 dias formaram uma frente em defesa da vida, da unidade e da comunidade em torno. Mais do que manter a operação segura no terminal, hoje podemos dizer que sabemos com quem contar!



Baixe o aplicativo Sindipetro LP e fique por dentro do que acontece no Sindicato! Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e instale já!



Android



iOS

Confira de perto

Observatório Social da Petrobrás lança ferramenta para população acompanhar valores atualizados dos combustíveis no país

O Observatório Social da Petrobrás (OSP) lançou no dia 5 de outubro, na semana do aniversário de 68 anos da estatal, o Monitor dos Preços dos Combustíveis. A ferramenta vai registrar o preço médio cobrado pelo gás de cozinha (GLP), gasolina comum, diesel S-10, gás natural veicular (GNV) e etanol no território nacional. Com atualização semanal, o monitor vai possibilitar o acompanhamento das variações e da evolução dos preços a partir de julho de 2001. Permitirá ainda que a população saiba quanto estão custando, em média, os combustíveis em cada estado brasileiro e trará um comparativo do aumento de preços em relação ao crescimento do salário mínimo.

O monitor foi elaborado pelo economista Eric Gil Dantas, do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps). A ideia foi disponibilizar um modelo ágil e fácil de visualizar a escalada dos preços dos combustíveis no país em um contexto de alta inflação e reajustes constantes. A ferramenta do OSP utiliza informações disponíveis em formato de base de dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esses dados são transformados em valores reais deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

PPI, o vilão

Outro objetivo importante do

monitor é mostrar quem é o verdadeiro vilão dos preços altos dos combustíveis. “Desde que o governo impôs à Petrobrás a política do Preço de Paridade de Importação (PPI), em 2016, os valores dos derivados de petróleo no país têm tendência de alta, alcançando em 2021 um patamar completamente fora da realidade do povo brasileiro. É um pesadelo o litro da gasolina custar R\$ 7 e o botijão de gás de cozinha, R\$ 100”, afirma o economista.

A ferramenta de monitoramento dos preços, que pode ser acessada pelo site do Observatório, mostra que há 16 meses seguidos é registrado aumento do preço médio nacional do GLP, enquanto o GNV sofre reajuste contínuo há 11 meses e faz cinco meses que a gasolina e o diesel sobem consecutivamente. O primeiro gráfico do monitor traz os preços médios mensais dos combustíveis em termos nominais. O início da série é julho de 2001, quando a ANP começou a contabilizar os valores. No caso dos diesel S-10, a série começa em dezembro de 2012, ano em que esse combustível passou a ser obrigatório.

Salário mínimo

No comparativo com o salário mínimo, o monitor indica uma tendência de queda da proporção combustível/remuneração mínima ao longo da maior parte do século XXI.



Esse cenário foi interrompido entre os anos de 2015 e 2017, quando a política de preços da Petrobrás mudou e os ganhos reais do salário mínimo se arrefeceram. “Em janeiro de 2015, o preço de um botijão de 13kg de GLP representava 5,7% de um salário mínimo. Hoje ele equivale a 9%”, destaca Dantas.

O monitor aponta ainda que a média histórica de preço do GLP, em valores de agosto de 2021 até o mês passado, é de R\$ 72,43. Isso significa que, atualmente, o preço desse combustível é 36% superior à média. A gasolina comum está 20% acima do preço médio, o diesel S-10, 18%, o GNV 37% e o etanol 42% mais caro.

Para saber mais sobre o Monitor dos Preços dos Combustíveis, acesse: <https://observatoriopetrobras.com/monitor/>

Dia 28 de outubro

Sindipetro-LP realiza assembleia de previsão orçamentária

A diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista realiza no dia 28 de outubro (quinta-feira), às 17h30, em primeira chamada, e às 18h, em segunda chamada, Assembleia Geral Ordinária para apresentar aos associados à Previsão Orçamentária do exercício financeiro de 2022.

Com a pandemia a assembleia acontece presencialmente na sede do Sindipetro-LP, em Santos (Av. Conselheiro Nébias, 248 – Vila Mathias -Santos), na subsede, em São Sebastião, respeitando todos os protocolos de distanciamento social

preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e por videoconferência. O uso da máscara é obrigatório.

Para participar, por videoconferência basta acessar <https://tinyurl.com/5eetzefv> e entrar na reunião. O associado ou associada poderá fazer perguntas através do chat.

Na ocasião, será deliberado o seguinte ponto:

a) Leitura, discussão e aprovação ou não da PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, referente ao exercício de 2022, com o respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

Participe!

LINK DE ACESSO <https://tinyurl.com/5eetzefv>

Dia 5 de Outubro é de luta!

Sindicatos mantêm luta contra exposição ao benzeno mesmo após o governo Bolsonaro ter extinto a CNPBz

O dia 5 de outubro tornou-se em todo o país o Dia Nacional de Luta Contra a Exposição ao Benzeno. Apesar da extinção da CNPBz, por meio de portaria editada em 2019 pelo governo Bolsonaro, interrompendo 24 anos de ação contra a exposição ao benzeno, as organizações sindicais continuam utilizando o dia 5 de outubro para unificar luta contra exposição à substância. Diante disso, os Sindipetros de todo Brasil distribuíram boletim especial unificado e realizaram atos para conscientização da categoria.

No Litoral Paulista, houve panfletagem no dia 5 na UTGCA e Tebar e no dia posterior na RPBC e Pilões.

O 5 de Outubro homenageia o companheiro Roberto Krappa, operador da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, que morreu nessa data, em 2004, vítima de leucemia mieloide aguda, em decorrência da alta exposição à substância benzeno. A partir dos sintomas iniciais da

doença, foram apenas 22 dias até sua morte precoce com 36 anos de idade.

O problema relacionado ao benzeno, embora seja uma demanda antiga, ainda carece de soluções concretas, principalmente por parte das empresas. No caso da Petrobrás, não é de hoje que a companhia tenta impor limite de exposição ao benzeno, substituindo o critério qualitativo pelo quantitativo. Com isso, a empresa simplesmente descarta a atual legislação brasileira e rasga o compromisso firmado através do Acordo Nacional do Benzeno.

Na RPBC, assim como em outras unidades do Sistema Petrobrás, os gestores permitem há anos que os trabalhadores manipulem petróleo e gasolina, que contém benzeno em sua composição. O sindicato cobra que a Petrobrás cumpra o acordo nacional do benzeno, mas a gerência não atende essa reivindicação alegando que os níveis de exposição não são nocivos. É preciso reforçar, no entanto, que não há limites seguros de exposição ao agente cancerígeno.



Ao não reconhecer essa situação a Petrobrás deixa de aplicar o Programa de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno (PPEOB), que exige:

- medidas de segurança nas instalações, como alterações

tecnológicas e maior controle de emissões do benzeno;

- implementação do Grupo de Trabalhadores do Benzeno (GTB), que amplia o debate, propõe ações e leva informações sobre o benzenismo para os demais trabalhadores;

- e implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que estabelece um maior controle e

acompanhamento à saúde do trabalhador exposto a agentes cancerígenos.

Diante disso, é evidente a necessidade de que a categoria abrace a luta contra a exposição ao benzeno como prioritária e transforme o dia 5 de outubro em um dia de luta; um dia de luta contra as investidas da patronal de sobrepor o lucro à saúde e a segurança do trabalhador.

Mortes no Sistema Petrobrás

No dia 18 de outubro de 2012 o benzenismo fez nova vítima. Enivaldo Santos Souza faleceu, aos 45 anos, vítima de leucemia mielóide aguda. O petroleiro trabalhou por 20 anos na U-30. O local era uma das unidades mais contaminadas da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia. Na época do óbito, a gestão da Petrobrás foi denunciada pelo GTB, CIPA, Sindipetro-BA,

CNPBz e notificada, autuada, multada e interditada pelo MTE e CESAT, mas continuou e continua a desprezar a vida da força de trabalho.

No dia 18 de setembro de 2017 mais um companheiro do Litoral Paulista morreu devido a exposição ao benzeno. Marcelo do Couto Santos, de 49 anos de idade, faleceu em virtude da exposição ocupacional a hidrocar-

bonetos e ao benzeno. Marcelo trabalhava há 30 anos na Petrobrás, como técnico de operação no terminal de Pilões da Transpetro de Cubatão.

Em meados de 2016, Marcelo passou a sofrer diversos distúrbios na saúde que o afastaram do trabalho. Preocupado com sua saúde, o trabalhador procurou por conta própria ajuda, encontrando na Santa Casa de

Santos um médico que já na primeira consulta identificou imediatamente como causa de seus problemas a exposição ao benzeno. Em setembro do mesmo ano, com o agravamento das crises, Marcelo foi afastado pelo INSS e passou a receber auxílio doença. Em abril de 2017, Marcelo deu entrada em sua aposentadoria por invalidez.

Antes mesmo de gozar do di-

reito à aposentadoria, Couto morreu e em seu atestado de óbito foi registrado uma parada cardiorrespiratória e insuficiência hepática, cirrose hepática, devido à intoxicação crônica do derivado benzeno. A morte do petroleiro foi mais uma na conta da gestão da Petrobrás.

Marcelo Couto, Roberto Krappa e Enivaldo Santos, presentes!

Com informações da CUT

P-67

Geplats não querem que trabalhadores se alimentem durante o turno

Agora nem comer o trabalhador pode mais na P-67. Isso porque os geplats estão assediando os trabalhadores da produção, embarcação, manutenção e demais profissionais que fazem turno, ameaçando desembarca-los caso façam suas refeições durante o turno. O geplat chega a intimidá-los de longe, fazendo gesto com o dedo girando para cima, imitando a hélice de um helicóptero, em alusão a chamar a aeronave para que desembarquem. Parece cômico, mas o caso é sério.

Há algum tempo houve outro geplat que queria impor essa norma, até que foi confrontado e alertado sobre a lei 5811 de 11/10/72, que diz que quem faz horário de turno pode ir se alimentar em qualquer horário que ele tiver disponibilidade.

Até o Coprod entrou na onda do geplat e mandou recado para os

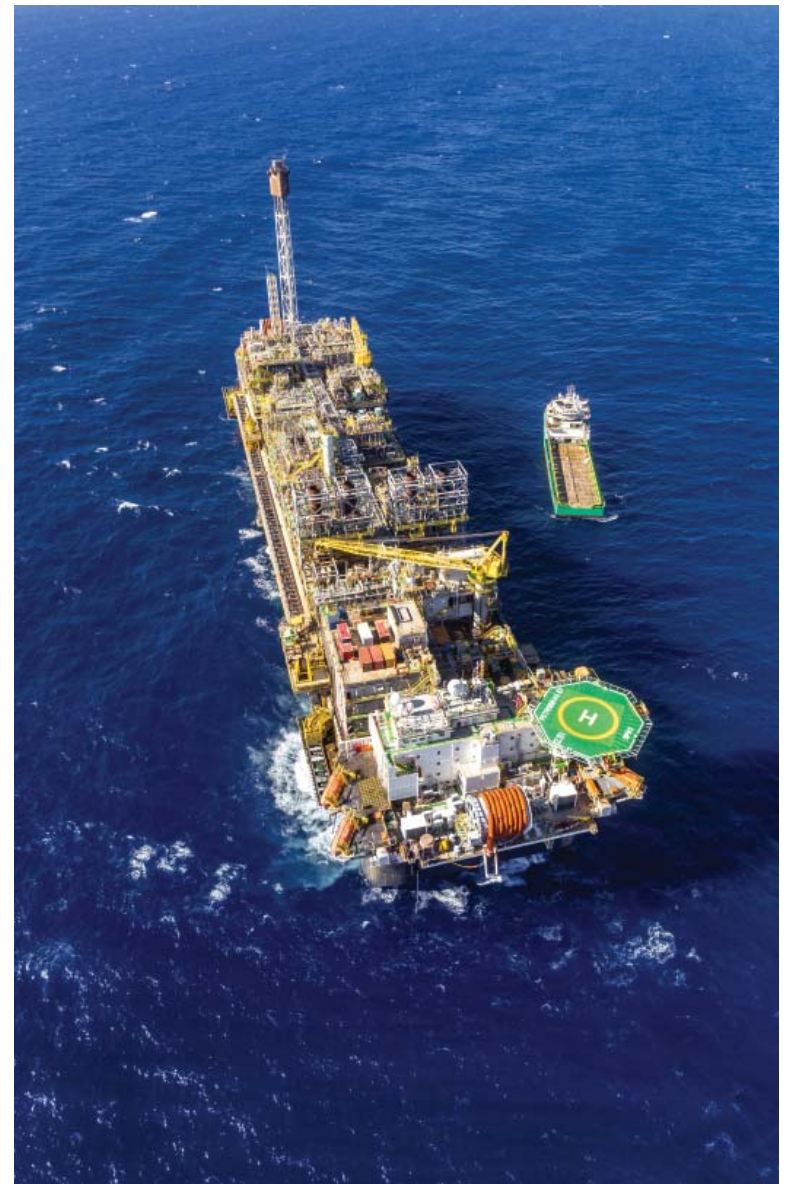
trabalhadores seguirem as orientações, sob ameaça de desembarque. Ao invés de se preocuparem em manter as equipes completas a bordo, para não comprometer a segurança operacional, fazem o oposto, deixando equipes incompletas, tornando o ambiente mais tenso do que normalmente é na plataforma.

Na maioria dos embarques durante o ano os grupos ficaram incompletos, principalmente pelos cortes devido à pandemia de covid-19, mas também por casos de trabalhadores em férias, licença paternidade, que foi avisada antecipadamente, licença médica, também avisada com antecedência, mas que simplesmente não houve programação de embarque para a reposição, deixando postos desfalcados.

Dessa foram os trabalhadores permanecem sobrecarregados e

cansados, tudo porque os chefes não querem gerar Hora Extra, comprometendo assim seus prêmios da liderança (PPP), atuando diretamente para manter em alta seus próprios rendimentos, numa clara situação de conflito de interesses, em detrimento da segurança operacional. E agora mais essa, ameaçando quem vai se alimentar, por não ter outro operador para revezar durante o curto tempo para alimentação.

Essas atitudes só comprovam as muitas “Petrobrás dentro da Petrobrás”, como na UO-BS, onde quem passou por outras unidades carrega a máxima de que “UO-BS não é Petrobrás”. Enquanto a diretoria orienta os trabalhadores a fazerem o trabalho seguro, ministrando cursos de Compliance e Conflitos de Interesses, a liderança imediata não cumpre o tratado e o trabalhador fica refém da má



administração.

Mas enquanto as gerências brincam com a segurança e bem-estar dos trabalhadores, a cate-

goria permanece aqui, guardando a história e lembrando-os como se deve trabalhar com seriedade e seguindo o que determina a lei.



Canetada

Por determinação unilateral, RH da Petrobrás

Contrariando todas as premissas do bom relacionamento negocial entre empresa e sindicato, o RH da Petrobrás e seus parceiros determinaram que a partir do dia 1º de outubro, os petroleiros da Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras (ISC) voltem, de forma compulsória e unilateral, para uma escala de trabalho de 8 horas. Essa é mais uma “canetada” da gestão da empresa extremamente danosa para os trabalhadores e que não

foi negociada com os representantes dos trabalhadores.

A atual gestão da Petrobrás prega “igualdade e respeito” em seus discursos rotineiros, mas, na prática a coisa muda de figura. Em toda UO-BS|Edisa, a ISC não fugiu a regra, já que isso acontece sempre, e foi a primeira ter que “engolir a seco” a escala de 8 horas no 3x2 da tabela imposta pela empresa. A ISC no Edisa, com outros tantos setores da UN-BS, a exemplo das SCRs

(salas de controle remota), COI, Lmg e outras, formam estruturas extremamente estratégicas devido ao grau de importância e retorno financeiro para a empresa. Além disso, esses setores também produzem conhecimento e trabalhos de prevenção em perdas que podem chegar a cifras milionárias. Todos esses ganhos não são nada para o alto escalão da companhia já que trata esses verdadeiros heróis do petróleo como um objeto de

Não vote!

FNP e entidades pedem que categoria petroleira não participe de eleições da APS, sob risco de legitimar ilegalidades

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), sindicatos e entidades cobram a suspensão do processo eleitoral e dos demais procedimentos em curso que visem legitimar a APS. As entidades solicitaram reunião com o presidente da empresa, general Joaquim Silva e Luna no mês de julho, no entanto, até o momento, não receberam resposta.

Vale lembrar que no mesmo período do pedido de reunião, as entidades se recusaram a participar do processo eleitoral aberto pela APS.

A empresa foi informada, na época, por meio de documento enviado à Silva e Luna, em notificação extrajudicial, assinada em conjunto pela FNP, FUP, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF) e Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros (FENASPE).

No documento, as entidades elencaram motivos para a recusa, entre eles: – a própria criação da Associação que “se reveste de intolerável desvio de finalidade e burla direitos laborais ratificados nos ACTs”;

– o fato de que os empregados, aposentados e pensionistas “não se associaram voluntariamente à APS”; e – o atentado do estatuto social da APS ao direito constitucional à associação sindical ao vedar a candidatura de dirigente sindical estabelecendo imposições

Agora, a FNP orienta a categoria petroleira a não aceitar o convite feito pela Associação Petrobrás Saúde (APS) para a participação no processo eleitoral:

- não aceite ser candidato a conselheiro deliberativo;

- não aceite ser candidato a conselheiro fiscal; e

- não vote!

Ser conselheiro ou votar significa referendar o processo que está em curso de destruição da AMS.

Lembramos que a criação da APS é ilegítima e foi imposta aos petroleiros, vindo para desmontar o Plano de Saúde AMS, passando por cima de conquistas dos trabalhadores nos ACTs. A FNP junto com outras entidades pede a suspensão do processo eleitoral, já!

NÃO TROQUE AS LETRAS!

APS

#SomosAMS

FUP SINDMAR FNP FENASPE

NÃO VOTE NO QUE ILEGAL! PRECISAMOS RESGATAR A AMS!

rás “baixa” ordem para que petroleiros do ISC retomem escala de 8h

prateleira que ela retira, substitui e manuseia desprezando qualquer aspecto de saúde, bem-estar e social imperativo para os alicerces laborais. Um verdadeiro fiasco essa tal administração da Petrobrás!

Chantagem como forma de negociação

Em um cenário de extrema pressão e assédio contra os petroleiros de turno, os gestores da Petrobrás estão usando de

chantagem para pressionar a força de trabalho na escolha da escala de 12 horas com minutas totalmente abusivas e lesivas. O intuito é que os trabalhadores assinem um documento com cláusulas que isentam a empresa de pagar passivos trabalhistas. A famosa tática do “Robin Hood” às avessas já que a jornada de 12h tira dos petroleiros para dar aos acionistas já que acaba gerando vantagens econômicas gigantescas. O lema

é reduzir direitos e investimentos em prol da maximização do lucro.

É lamentável que, em pleno período de negociação nas bases do Litoral Paulista, o “Recursos Humanos” da Petrobrás venha esquecer a parte precípua de sua existência, que é a parte “Humana” com seus funcionários. Com essa decisão esdrúxula e unilateral de mudança de escala sem negociação, o próprio RH está literalmente jogando no lixo todo um planeja-

mento feito pelos seus próprios gestores locais na questão do retrabalho gerado para mudanças de TIR, alteração de férias, supressão da folga dos trabalhadores que já conquistaram o direito de folgar, mas, que por decisão unilateral da empresa, tiveram que interromper suas folgas para o retorno ao trabalho, o que fatalmente será alvo de pleitos em horas extras.

O Sindicato dos Petroleiros está tomando todas as provi-

dências para garantir que aberrações dessa natureza, que se tornaram parte cotidiana da categoria petroleira, não persistam. Além disso, está buscando solução que devolva a tranquilidade negocial com nada mais nada menos que escalas justas e escolhidas pelos trabalhadores nos critérios formatados em mesas de negociações, e minutas sem ilegalidades e arbitrariedade. Juntos somos mais fortes!

Triste estatística

Com poucos dias de diferença, dois petroleiros morrem vítimas da política nefasta da atual gestão da Petrobrás

Com poucos dias de diferença, mais dois trabalhadores entraram para as estatísticas de óbitos no Sistema Petrobrás. Os dois eram petroleiros terceirizados. A primeira morte ocorreu no dia 25 de setembro. Erick Gois, da empresa Astromarítima, que morreu durante o treinamento de lançamento de bote de serviço. Segundo informações do site do Sindipetro-NF, o acidente aconteceu na embarcação Astro Tamoio, que atende a Bacia de Campos, mas que estava na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

No dia 27 de setembro, Audo Alves da Hora, técnico instrumentista na empresa Quality que atuava na Refinaria Abreu e Lima (RNEST), no Complexo de Suape, em Ipojuca, no Grande Recife, perdeu a vida em um acidente de trabalho ocorrido durante a manutenção de um equipamento na unidade de ar comprimido.

Os dois são vítimas daqueles que hoje dirigem a empresa. A alta cúpula da empresa assume a responsabilidade por novas tra-



gédias a partir do momento que resolveu implantar uma redução generalizada do quadro mínimo operacional de diversas unidades, com corte profundo de verbas para manutenção preventiva, e também ao impor o sistema de consequências, que joga sobre as costas do trabalhador a culpa por todo e qualquer acidente. E se hoje a situação do trabalhador próprio é crítica, devemos lembrar que aos terceirizados, como é o caso dos trabalhadores mortos, a realidade se apresenta sempre

muito mais dura e cruel. São eles as principais vítimas de assédio e acidentes de trabalho. Para se ter ideia, entre 1995 e 2017 houve 372 mortes de petroleiros. Destes, 303 eram terceirizados. Para a direção da Petrobrás e para os governos, são apenas números.

Arelado a isso, a política de privatização do governo Bolsonaro, seguida à risca pela atual gestão da companhia tem aplicado a fórmula do sucateamento e desmonte do Sistema Petrobrás, promovendo a saída de profis-

sionais altamente capacitados e treinados, sem substituí-los via concurso público, e ainda pior, transformando técnicos especializados em meras peças de reposição para “tapar buracos” em vagas nem sempre de especialidade desses profissionais.

Para piorar o quadro, que por si só já é lamentável, a gestão da Petrobrás costuma se esquivar de suas responsabilidades sobre mortes e outros acidentes em suas unidades, pondo a culpa dos sinistros em algum ‘mal súbito’ ou, como é de costume também, culpando o próprio trabalhador por sua ‘falta de percepção de risco’.

Está na hora de alguns gestores serem responsabilizados, pois talvez, somente assim, o lucro não será mais importante do que preservar as vidas dos pais e mães de família que estão, literalmente, dando a vida pela empresa. A saúde e segurança do trabalhador são peça chave na prevenção de acidentes do trabalho.

O Sindicato tem denunciado sistematicamente a situação, promovido paralisações e buscado soluções via judicial para tentar reverter o quadro, mas os problemas se agravam a cada dia. A força de trabalho tem convivido diariamente com a insegurança nas plantas e o risco iminente de uma tragédia ou um surto de Covid-19.

Infelizmente esses não serão mais dois casos de óbito dentro de uma empresa já que a famigerada Reforma da Previdência e Trabalhista atrelada à redução das normas regulamentadoras de trabalho vem reduzindo direitos e expondo ainda mais os trabalhadores ao capitalismo onde o lucro está acima de tudo e de todos.

O que aconteceu com esses petroleiros é a prova mais do que concreta que estamos no caminho certo ao lutar não só pela garantia de emprego, mas também contra a privatização e garantia que a força de trabalho possa continuar nas bases onde está seu núcleo familiar.

Para fortalecer a categoria, não fique só, fique sócio!

A disposição de luta dos petroleiros dos turnos, terminais, prédios e plataformas para defender um ACT digno e manter direitos conquistados, mesmo diante de todo o assédio e punições, demonstra que a união da categoria pode vencer o projeto privatista da atual direção da Petrobrás.

A ferramenta para que essa categoria permaneça forte e unida

tem nome e mais de 60 anos de luta: Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista.

O Sindipetro-LP se orgulha de sua tradição de luta e combatividade. E se orgulha de ter uma categoria participativa. Mas precisamos de sangue novo, ideias novas, gente disposta a construir coletivamente a luta em defesa da Petrobrás e um novo sindicalismo, que esteja dis-

posto a superar os velhos vícios do movimento sindical.

Neste momento de forte crise e duros ataques, com a nossa empresa na mira da privatização e nossos direitos ameaçados, precisamos mais do que nunca nos unir. A reforma trabalhista e previdenciária, o fim do Ministério do Trabalho além de impor retrocessos históricos, traz também um

duro ataque à organização dos trabalhadores e suas entidades. Cada vez mais, governos e patrões tentam enfraquecer o principal instrumento de organização da classe trabalhadora: os sindicatos.

Além disso, a criminalização das lutas sociais, dos sindicatos e todos aqueles que se opõem ao governo de plantão, é fundamental reforçar a sua entidade

de classe. Por isso, repetimos o lema de nossa campanha permanente de sindicalização: não fique só, fique sócio!

Somente com uma categoria forte é possível proteger a maior empresa do país da ganância do mercado e da sede por lucro dos acionistas. Para isso, contamos com você. **Por isso: NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO!**